

**MÍDIA E QUALIDADE DA DEMOCRACIA:
ANÁLISE DA CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E NOS MEIOS DE
COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA¹**

**MEDIA AND QUALITY OF DEMOCRACY:
ANALYSIS OF TRUST IN POLITICAL INSTITUTIONS AND THE MEDIA IN
LATIN AMERICA**

Camila de Vasconcelos²
Rodolfo Silva Marques³
Bruno Conceição⁴

Resumo: *Este trabalho busca avaliar a relação entre a confiança dos cidadãos para com a mídia (com elaboração de índice de confiança na mídia, considerando Jornais Impressos e emissoras de Rádio e TV) e para com as instituições políticas (Partidos Políticos, Estado, Congresso Nacional, Governo, Instituição Eleitoral, poder judiciário), a fim de verificar se a percepção de confiança na mídia está relacionada a percepção que a população possui em relação às próprias instituições políticas democráticas. Apresenta-se como hipótese principal que a confiança dos cidadãos na mídia está relacionada de forma inversamente proporcional à confiança dos mesmos sobre o governo e sobre os partidos políticos. Para viabilizar a discussão dessa hipótese, utilizam-se os dados de percepção dessas instituições levantados pelo questionário do Latino Barômetro, no ano de 2015, comparando a associação dessas instituições entre os países da América Latina. Os resultados preliminares indicam que a mídia influencia fortemente na confiança dos cidadãos sobre as instituições políticas.*

Palavras-Chave: *Qualidade da Democracia. Mídia. América Latina.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho 4 - Cultura Política, Comportamento e Opinião Pública do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 10 a 12 de maio de 2017.

² Professora do Instituto Federal de Goiás (IFG). Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutoranda em Ciência Política pela UFRGS. Bolsista do programa PIQS/IFG. E-mail: camila.vasconcelos@ifg.edu.br

³ Professor da Universidade da Amazônia (UNAMA) e da Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA). Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela UFPA e Doutorando em Ciência Política pela UFRGS. Servidor Público (Analista Judiciário do TJPA). E-mail: rodolfo.smarques@gmail.com

⁴ Mestre em Ciência Política pela UFRGS. Doutorando em Ciência Política pela UFRGS. E-mail: brunopolitica@gmail.com

Abstract: *This paper seeks to evaluate the relationship between citizens' trust in the media (Print Newspapers and Radio and TV stations) and political institutions (Political Parties, President, National Congress, Government, Electoral Institution.) To clarify if the perception of trust in a media interferes with the population's view of the political institutions themselves. It is presented as a working hypothesis that the trust of citizens in the media is inversely related to their confidence in the government and political parties. To facilitate the discussion of this hypothesis, we use the perception data of these institutions raised by the Latino Barometer questionnaire, in the year 2015, comparing the association of these institutions among the Latin American countries. Preliminary results indicate that the media strongly influences public confidence in political institutions.*

Keywords: *Quality of Democracy. Media. Latin America.*

1. Introdução

A agenda de pesquisa sobre a qualidade das democracias contemporâneas é relativamente nova dentro dos estudos de cultura política no século XXI. Objetivava-se encontrar os fatores que impediam a completa efetivação da democracia e, até mesmo, os fatores que propiciavam uma reversão democrática dos países recém-saídos de regimes autoritários (TILLY, 2007; IAZZETTA, 2013). Basicamente, os pesquisadores que se debruçam sobre o tema da qualidade das democracias buscaram avançar no debate teórico das características essenciais, ou necessárias, do conceito de democracia (MORLINO, 2003; DIAMOND e MORLINO, 2004; SCHMITTER, 2004; MORLINO, 2010; BAQUERO, 2012; LAUTH, 2013; O'DONNELL, 2013; MOISÉS e MENEGUELLO, 2013).

Os pesquisadores buscam equilibrar, ainda, uma visão mais abrangente dos conceitos de democracia relacionando vários eixos, desde a esfera procedimental das eleições, à esfera inclusiva das minorias sociais e a esfera participativa dos cidadãos (AMORIM e DIAS, 2012). Essa articulação prioriza escapar de uma visão minimalista da democracia que tem dominado os estudos sobre a democracia na Ciência Política nos últimos anos. As pesquisas pautadas apenas nas eleições deixam de fora aspectos substantivos da vida dos países como a satisfação com os governos, a liberdade de imprensa, o respeito aos direitos humanos, a desigualdade

econômica, etc. A qualidade da democracia significaria ultrapassar o viés procedimental para mensurar os resultados efetivos das instituições políticas na vida do cidadão. Dessa forma, não adianta existirem eleições regulares se a cidadania, a participação, a liberdade, os direitos humanos ou bem-estar social não são garantidos e protegidos pelo Estado.

Nesse sentido, as democracias na América Latina têm sido apontadas como instáveis por possuírem uma cultura política marcada pela desconfiança dos cidadãos com as instituições políticas, principalmente para com os partidos políticos que atuam nos países da Região. Tais atitudes de desconfiança com as instituições políticas podem vir a desestabilizar os sistemas democráticos, uma vez que os governos precisam do apoio dos cidadãos para legitimar suas ações políticas e seus planos de gestão (MOISÉS, 2010).

Dessa forma, é possível inferir que a qualidade das democracias da região pode ser analisada frente à percepção dos cidadãos com as instituições políticas e midiáticas. Isso ocorre porque a mídia possui papel fundamental na construção da percepção que o povo tem de seus governantes, pois informa todos os dias aos cidadãos o que está acontecendo em vários níveis da política, seja na escala federal, ou mesmo nas escalas regional ou local. A liberdade de atuação dos órgãos de imprensa é também um bom indicativo do comportamento dos governantes frente aos direitos sociais, já que a permissão do trabalho da mídia possui especificidades nos países latinos. Assim, a mídia se constitui em uma das principais agências responsáveis pelo processo de socialização política, influenciando sobre o desenvolvimento dos valores e atitudes relacionados à política.

Este trabalho busca, desta forma, avaliar a relação entre a confiança dos cidadãos para com a mídia (Jornais Impressos e emissoras de Rádio e TV) e para com as instituições políticas (Partidos Políticos, Estado, Congresso Nacional, Governo, Instituição Eleitoral, Poder Judicial), a fim de esclarecer se a percepção de confiança na mídia interfere na visão que a população possui em relação às próprias instituições políticas. Apresenta-se como hipótese de trabalho que a confiança dos cidadãos na mídia está relacionada de forma inversamente proporcional à confiança dos mesmos sobre o governo e sobre os partidos políticos. Para viabilizar a

discussão dessa hipótese, utilizam-se os dados de percepção dessas instituições levantados pelo questionário do Latino Barômetro, no ano de 2015, comparando a associação dessas instituições entre os países da América Latina.

O artigo divide-se em três seções. Na primeira seção, discutimos a criação dessa nova agenda de pesquisa e o campo de atuação dos estudos sobre qualidade da democracia. Na segunda seção, mostramos como a mídia se relaciona, historicamente, de maneira tensionada com os governos na América Latina. Na terceira seção, analisamos os dados empíricos acerca da satisfação da população latino-americana com as instituições democráticas e a mídia. Ao final, as conclusões desta pesquisa.

2. Qualidade da Democracia

Na América Latina, a década de 1970 foi o período crucial de saída de regimes autoritários para uma democracia eleitoral ancorada nos partidos políticos competindo pelo poder em eleições cada vez mais frequentes. Esse fenômeno de transição de uma quantidade significativa de países com regimes autoritários para tornarem-se regimes democráticos é denominado por Samuel Huntington (1994) de ‘terceira onda de democratização’. “Uma onda normalmente envolve também liberalização ou democratização parcial nos sistemas políticos que não se tornam completamente democráticos” (HUNTINGTON, 1994, p.23). Portanto no século XXI, passadas décadas de consolidação democrática através da normatização de eleições regulares, teríamos o momento adequado de avaliar se a mudança de regimes políticos foi efetiva nos países latino-americanos.

Para Leonardo Morlino (2007), o conceito de qualidade da democracia deveria levar em conta duas exigências: que a democracia plena exista ou seja algo realizável, e que as normas éticas ou idealistas esperadas em uma democracia possam ser encontradas por via de uma análise empírica. De fato, uma qualidade democrática só pode ser auferida se o país cumpre os requisitos mínimos de uma democracia representativa, ou seja:

La definición mínima de democracia fija los umbrales bajo los cuales se entra en un *genus* diferente. Una democracia para ser definida como tal tiene que tener por lo menos: sufragio universal, masculino y femenino; elecciones libres, competitivas, recurrentes, correctas; más de un partido; diferentes y alternativas fuentes de información. En el ámbito de las democracias que están por sobre ese umbral mínimo, será necesario ver empíricamente qué tanto del recorrido se ha cumplido o pueda cumplirse para la realización más plena de los dos objetivos centrales de una democracia ideal: libertad e igualdad (MORLINO, 2007, p.5).

Tal avaliação sobre a qualidade da democracia significaria mensurar a eficácia de políticas públicas dos governos, oriundos dessa mudança de regime político na onda democrática, por meio de análise sobre o crescimento de direitos civis, na ampliação da cidadania, no aumento da participação popular nos assuntos públicos, na avaliação da liberdade de expressão, no comprometimento com leis que preservem os direitos humanos, etc. Desse modo, o Estado deveria ser avaliado em uma perspectiva que ultrapassasse o aspecto procedimental de eleições e funcionamento de instituições. O essencial seria avaliar a satisfação dos cidadãos com as políticas públicas, executadas pelos governos na região, para medir a qualidade dessas democracias (ÁVILA, 2017). Segundo uma visão etimológica do termo “qualidade”, Morlino (2007) salienta que um produto para ter qualidade atestada precisa ir além de ser confiável e com conteúdo inteligível. O produto precisa criar satisfação no consumidor, no caso, os cidadãos. Morlino (2007) define, assim, três hipóteses possíveis de formatos de qualidade democrática:

Entonces, una buena democracia es, antes que todo, un régimen ampliamente legitimado y, por lo tanto, estable, del cual los ciudadanos están plenamente satisfechos (se da una *calidad con respecto al resultado*): sólo para un conjunto de instituciones que gozan del pleno apoyo de la sociedad civil de referencia es posible hacer una hipótesis de un ulterior avance en la realización de valores propios del régimen. Si, en cambio, las instituciones están aún enfrentadas, cuidados, energías y objetivos serán absorbidos por las necesidades de su consolidación o mantenimiento y ya superar el umbral mínimo se convierte en un resultado apreciable. Además, sus ciudadanos y la o las asociaciones y comunidades que forman parte gozan en medida superior a los mínimos de libertad e igualdad (se da una *calidad con respecto al contenido*). Tercero, por las características que les son propias, los ciudadanos de una buena democracia deben poder controlar y evaluar si y cómo esos dos valores se realizan a través del pleno respeto de las normas vigentes, el llamado *rule of law*, su eficiente aplicación, la eficacia en la toma de las decisiones junto a la responsabilidad política por las elecciones tomadas por el personal elegido también en

relación a las preguntas expresadas por la sociedad civil (se da una calidad respecto al procedimiento) (MORLINO, 2007, p.6).

Contudo, a análise da qualidade da democracia dos países latino-americanos traz um etnocentrismo na sua abordagem ao tentar posicionar os países em uma escala democrática, do melhor para o pior país. A maioria das análises que selecionam um grande conjunto de nações coloca os países europeus sempre entre os mais democráticos no mundo, relegando aos países latino-americanos as posições inferiores no *ranking* de qualidade democrática. Esse modo de classificação do menos para o mais democrático, que sempre posiciona os países latino-americanos em colocações subalternas aos países do hemisfério norte, deixa de fora todo um passado de autoritarismo na região que compromete um posicionamento na equivalência dos países ditos do “primeiro mundo” (GUGLIANO, 2013).

Tal classificação ainda deixa de lado problemas sociais, desigualdades econômicas, corrupção, violência estatal, abusos de autoridade, etc. que são dilemas que todos os países enfrentam com menor ou maior exposição dessas mazelas na imprensa. Conforme salienta Rodrigo González (2014), os Estados Unidos da América e os países europeus, por exemplo, enfrentam graves problemas derivados da recessão econômica mundial, de 2008, que exacerbou as relações entre os distintos grupos étnicos que compõe os povos europeus, causando graves casos de xenofobia e racismo na Europa, em conjunto com a resposta dura norte-americana ao povo árabe em decorrência dos ataques terroristas e das guerras no Iraque (GONZÁLEZ, 2014). Assim, nem os países de economia capitalista avançada estão imunes a sofrerem problemas sociais, independentemente de sua estabilidade derivada de várias décadas sem quebra do sistema político. A satisfação dos cidadãos com seus país precisa pesar tanto quanto os fatores institucionais.

De outro lado, na questão metodológica dos estudos acerca da qualidade da democracia, as pesquisas têm focado apenas aspectos mais substantivos do que normativos sobre os regimes políticos. Para pesquisas recentes é preciso interessar aos pesquisadores conhecer como se dá o funcionamento das instituições políticas e o seu resultado prático no fortalecimento da cidadania, da liberdade e da igualdade

política (AMORIM, 2015). Desse modo, os estudos nessa área precisariam almejar fazer o diagnóstico de resultados do funcionamento das instituições e promover soluções para problemas de inclusão, participação política e efetivação de políticas públicas.

No entanto, os aspectos procedimentais são relegados para o segundo plano, apesar de serem vistos como imprescindíveis, em detrimento de aspectos mais substantivos de efetividade democrática. Essa separação entre procedimentos institucionais e satisfação popular é uma dissociação prejudicial no entendimento da qualidade da democracia, pois compromete a visão total dos benefícios do princípio democrático para a cidadania. A eleição é a forma racional de o conflito prevalecer na sociedade, portanto, não deve ser preterida na análise em razão de uma preferência do pesquisador por indicadores socioculturais. A verificação da permanência do princípio democrático requer uma análise global que leve em conta aspectos do procedimento eleitoral, da prestação de contas dos governantes – *accountability* – em conjunto com os indicadores socioeconômicos permitindo aos pesquisadores da área de qualidade da democracia analisar, de forma comparativa, a ausência ou não do princípio democrático nas sociedades latino-americanas (AMORIM, 2015).

A América Latina, nas últimas décadas, passou por várias interrupções de governos, eleitos de forma legítima, gerando uma forte instabilidade em boa parte dos países que saíram de regimes autoritários na década de 1970. A conjuntura dos últimos anos foi de renúncias presidenciais, intervenções militares, fechamento de Congressos, processos de *impeachment* de presidentes, crise econômica aguda, perseguição à opositores políticos dos mandatários estatais, cerceamento da liberdade de imprensa e cerceamento da liberdade de expressão da população. O caso mais recente de instabilidade foi o processo de destituição da Presidenta Dilma Rousseff, do Brasil, no ano de 2016. Se os pesquisadores em qualidade da democracia estão interessados na verificação de políticas públicas dos governos e na melhoria dos direitos sociais para os cidadãos, também precisam notar o que ocorre na esfera procedimental, pois o que acontece nos governos afeta diretamente o resultado esperado de programas sociais.

Defende-se aqui que a cobertura que os órgãos de imprensa fazem sobre estes governos também pode ajudar ou prejudicar que ocorram ações no sentido de resolver as mazelas sociais. A mídia possui um forte viés no imaginário social de colocar a classe política em crise devido ao posicionamento próximo ou afastado do grupo político que está no poder. Na próxima seção mostramos como a relação dos grupos de mídia com os governos latino-americanos é problemática e interfere na satisfação da população com os governos.

3. A Mídia no contexto Latinoamericano

A mídia dentro do contexto da América Latina pode ser entendida sob várias vertentes. Ela pode atuar como um fator de freio e contrapeso nos países latino-americanos já que os governos na região agem em movimentos pendulares ora de tendência democrática, ora de tendência autoritária. É importante entender um pouco melhor sobre a real dimensão da mídia já que ela é o complexo sociológico que divulga informações através de suas equipes de jornalistas e de seu núcleo editorial de conteúdo, sendo formada por várias empresas, em sua grande maioria particulares, atreladas a concessões governamentais. Este é o cenário básico de relacionamento, entre governos e iniciativa privada, que se observa na maior parte dos países da América Latina (MIGUEL, 2001).

A mídia – ou se quiserem, o médium – pode ser presencial, com ou sem a intermediação de microfones, alto-falantes, projetores de transparências, etc. Pode ser também representacional, quando falamos de livros, jornais, revistas, magazines, folhetos, folders, fotografias, filmes, novelas gravadas que se reprisam e exportam etc.; e, finalmente, eletrônica, se dispomos de audiência simultânea porém dispersa, que se interliga pela instrumentação tecnológica do rádio, da televisão, da Internet. (BARZOTTO; GHILHARDI; LAGE: 2002, p. 57)

Nesse sentido, é essencial a compreensão de maneira mais clara a respeito do funcionamento geral dos meios de comunicação. Os meios impressos, como jornais, informativos e revistas, têm uma característica mais estática, ou seja, o conteúdo fica registrado para as gerações posteriores terem acesso. Meios impressos são adequados para argumentar e ampliar o escopo da informação,

quando for necessário, por seu caráter predominantemente discursivo. Quanto mais específico for a mídia em questão, proporcionalmente maior será a quantidade de informação para persuadir o leitor.

As mídias eletrônicas são as que não permitem a recorrência⁵, como o rádio e a televisão e que mesclam impressões sensoriais, estabelecendo uma relação mais dinâmica e instantânea com a sociedade. Os dispositivos tecnológicos de gravação de conteúdos e também da recuperação de dados via *Internet*, mudam um pouco esse cenário de recuperação da informação já que vários sites abrigam o conteúdo, indefinidamente, nas plataformas digitais. Os meios eletrônicos, em geral, geram uma repercussão maior na vida das pessoas, exatamente por mesclar imagens e sons, permitindo uma maior interatividade com o público.

Na perspectiva de Robert Dahl (2005), a mídia possui papel indispensável nas poliarquias atuais, pois permite uma real ampliação de caminhos para a contestação dos governos pela sociedade. Neste processo participativo tanto em contextos eleitorais, quanto em momentos de insatisfação com mandatos representativos, acontece uma consolidação as instituições democráticas. Os regimes poliárquicos são fenômenos recentes na história política e representam experiência original no convívio das grandes aglomerações humanas.

Existem as liberdades liberais clássicas que são uma parte da definição de contestação pública e participação: oportunidades de exercer oposição ao governo, formar organizações políticas, manifestar-se sobre questões políticas sem temer represálias governamentais, ler e ouvir opiniões alternativas, votar secretamente em eleições em que candidato de diferentes partidos disputam votos e depois das quais os candidatos derrotados entregam pacificamente os cargos ocupados aos vencedores, etc. (DAHL: 2005, 41).

Se os veículos de comunicação, em especial os jornais, podem tender a distorcer a informação com alguma frequência, é importante destacar que os governos têm de ter maturidade para enfrentar críticas e saber enfrentar o debate democrático. De outro lado, a mídia também precisa se monitorar para não virar,

⁵ Característica dos meios de comunicação em que o espectador ou ouvinte não pode voltar à mensagem – de qualquer natureza – a partir da máxima “falou, está falado”.

necessariamente, uma mídia “governista”. Para Dahl (2005), o maior número de informações disponíveis ao cidadão tende a incentivar o senso crítico e ampliar a contestação em relação a ações governamentais que possam trazer algum tipo de prejuízo.

Outro aspecto que surge na discussão entre os grupos de mídia e governos latino-americanos é a questão da regulamentação das comunicações. Por ora, os modelos de governança com ação dos Estados sobre a regulação da mídia convertem-se nos meios mais promissores para a democratização da informação, até que as sociedades adquiram maturidade política e elas mesmas tenham condições de, sob sua cultura política, modificar a sua relação com a informação produzida pelos grupos de mídia. Mecanismos de regulação da mídia, sob diferentes modelos de governança, estão presentes em alguns países do mundo, como Inglaterra, França, Venezuela e, mais recentemente, Argentina e Brasil. Uma das definições fundamentais a se pensar é se a regulação da mídia implica, necessariamente, e a partir de um determinado modelo de governança, o controle social dos meios de comunicação.

Quando se aborda o argumento do controle social dos meios de comunicação, trata-se de um dos principais pontos de estrangulamento da prática democrática, sendo, pois, uma questão essencial a ser discutida pelos que desejam o aprimoramento das instituições democráticas. A partir desse processo, compreende-se que os veículos de comunicação podem não ter interesse em estar na "agenda pública" e se submeteriam a quaisquer tipos de regulamentação. Qualquer tentativa de fixação deste tipo de compromisso é apresentada como um atentado à liberdade de expressão, que passa a ser confundida com o arbítrio dos proprietários das empresas. Na verdade, trata-se de uma medida que visa à concretização de tal liberdade, o acesso mais democrático à informação (MIGUEL, 2001). Em países como o Brasil, por exemplo, alguns pontos são levantados nessa discussão a respeito da regulação da mídia, como a proibição à constituição de oligopólios e monopólios, a necessidade da regionalização da programação e o estabelecimento de regras para a veiculação de propagandas, questões que estão

previstas na Constituição Federal de 1988 e que não foram ainda regulamentadas pelo Congresso Nacional.

Um conceito que deriva desse entendimento da regulação da mídia nos países latino-americanos é o da propriedade cruzada. Nos meios de comunicação social, pode se entender como propriedade cruzada a concentração por parte de um grupo empresarial, familiar ou não, da propriedade de mais um tipo de veículo de comunicação, como uma emissora de TV, um jornal impresso, uma emissora de rádio, um portal na Internet; entre outros. Historicamente, percebeu-se a concentração do controle dos meios de comunicação nos países da América Latina, em especial nas mídias eletrônicas (rádio e televisão). A concentração dessas mídias com poucos proprietários é negada pelo segmento empresarial e ignorada pelos responsáveis pela regulação. O conteúdo veiculado também passa por um processo de homogeneização, com pouca pluralidade (LIMA, 2012). No Brasil, existiria um modelo tradicional de barganha política, consolidado no período da ditadura militar (1964-1985). A influência dos "coronéis eletrônicos" se dava de duas maneiras: de forma direta, através do controle do acesso ao debate público, e, de forma indireta, no impedimento de possíveis concorrentes em um processo eleitoral de participarem de tais debates públicos (LIMA, 2007).

Nos conflitos entre mídias e governos na América Latina, é possível citar, além do caso brasileiro, cenários bem relevantes como os vistos na Venezuela e na Argentina. Na Venezuela, os conflitos se acentuaram ainda no tempo do governo de Hugo Chávez, principalmente a partir de sua vitória na eleição presidencial de 1998. É possível estabelecer que a morte de Chávez e a crise internacional levaram a já complicada situação da Venezuela a outro nível. Os grupos mais conservadores venezuelanos passaram a trabalhar novas estratégias para derrubar o "governo bolivariano", com um *modus operandi* similar ao ocorrido no Paraguai, em 2012 e no Brasil, em 2016: caminhos legislativos e jurídicos para derrubada do regime. A crise econômica internacional, no início da década, com a queda do valor dos barris de petróleo, passando de 125 dólares para cerca de 50 dólares em 2017, trouxe um cenário ruim para a Venezuela, quarta maior produtora de petróleo no planeta e extremamente dependente dessa atividade econômica. A oposição obteve maioria

no Parlamento em 2015 e o cenário venezuelano, fomentado pela mídia, vem se tornado cada vez mais marcado pela ingovernabilidade.

Javier Corrales e Manuel Hidalgo (2013) chamam de "legalismo autocrático" o governo venezuelano, ao recordar que, em junho de 2010, houve um processo de "limitação" da disseminação pública das "informações", com a criação, via decreto presidencial, do Centro para Estudos Situacionais da Nação. Hugo Chávez também sugeriu a condenação da organização *Human Rights Watch* por chamar a nova instituição de "gabinete de censura". O "assédio" contra a grande mídia continuou, por exemplo, com a não-renovação da concessão da principal emissora do país, e que fazia oposição ao governo, a RCTV. A crise vem se avolumando com o atual presidente, Nicolás Maduro. Organizações como a *Freedom House* identificam a Venezuela como um país "parcialmente livre" para "não livre" em seu relatório de 2010 sobre liberdade de mídia.

Na Argentina, o processo de regulação da mídia por parte dos governos chegou a um estágio bem avançado, com as intervenções do Governo da Presidente Cristina Kirchner junto ao grupo *El Clarín*, na Argentina, e com a *Ley de Medios*, a partir de 2009. A *Ley de Medios* iniciou um processo de quebra de oligopólios na mídia argentina, fortalecendo os embates entre Cristina Kirchner e o *Grupo Clarín*. No entanto, logo depois de assumir o mandato em dezembro de 2015, o presidente argentino Mauricio Macri fez várias alterações no que se refere à regulação da comunicação no país. Macri nomeou, logo no início de seu governo, um interventor para a Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual (AFSCA), que tem o papel de fiscalizar a aplicação das leis de comunicação, rompendo mandatos que iriam até 2017. O governo Macri também acabou com o programa "*Fútbol para todos*", em que a emissora pública transmitia todos os jogos do campeonato argentino de futebol. As relações mais amistosas com o Grupo Clarín e com os demais grupos de comunicação foram restabelecidas de maneira gradual no governo de Macri.

Na América do Sul, até o momento, não há ainda sequer maior discussão sobre a implantação de comitês de regulação da imprensa escrita, como já acontece na Inglaterra, por exemplo. Há a necessidade de se pensar o estabelecimento de

limites à propriedade dos meios de comunicação de massa. A propriedade cruzada e a concentração das mídias em poucas empresas de telecomunicações e radiodifusão estabelecem uma relação assimétrica entre os próprios grupos de comunicação, enfraquecendo o pluralismo democrático e a qualidade da informação que chega a cidadão.

4. Análise dos dados

A fim de avaliar o quanto os cidadãos latino-americanos têm sido influenciados pelos meios de comunicação, no que diz respeito a avaliação que estes fazem das instituições políticas tradicionais da democracia, este artigo propõe uma abordagem quantitativa, em que serão analisadas as percepções com relação as instituições. Para isso foram avaliados os dados coletados pelo Latinobarômetro da América Latina⁶ no ano de 2015, em que são consideradas a percepção e o apoio dos residentes na América latina com relação à política e à democracia.

A análise aqui proposta realizou-se em três etapas. A primeira etapa possibilitou que se criasse um índice de confiança dos cidadãos com relação a mídia. Para isso utilizou-se da técnica de análise fatorial, que permite avaliar as proximidades entre variáveis, pois buscava-se identificar as variáveis correlacionadas a confiança na mídia. Após verificar a comunidade dos fatores, por meio da rotação dos componentes principais, foram incluídos no índice as variáveis de confiança nos jornais, televisão e rádio. Esta técnica⁷ é preferível, uma vez que é possível transformar os dados sem descartar informação alguma, na medida em que se encontram as combinações lineares das variáveis (FIELD, 2009).

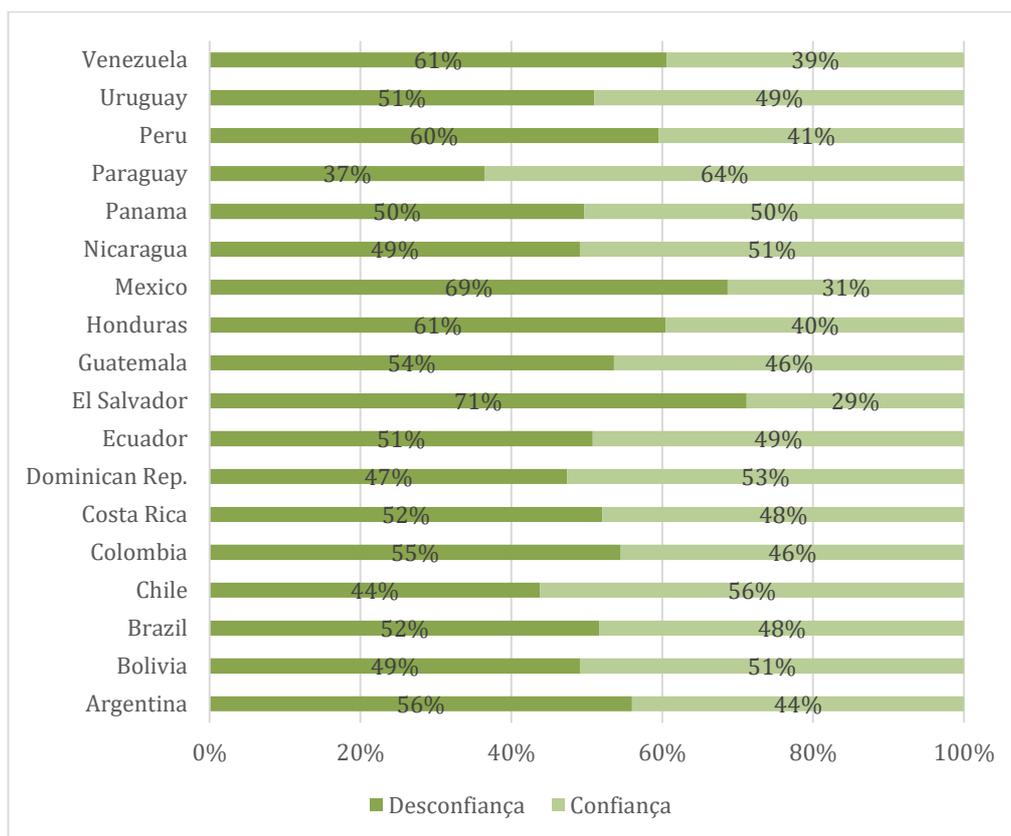
O Índice de Confiança nos Meios de Comunicação, para o ano de 2015, elaborado varia entre 0 e 1, em que quanto mais próximo de 0 maior a ausência de confiança e de 1 maior a confiança. Contudo, no Gráfico 1 apresenta-se o índice de

⁶ O latinobarômetro é uma organização não governamental que apresenta dados referentes a opinião pública da América Latina

⁷ Para mais informações sobre a técnica de Análise Fatorial e Rotação dos componentes principais, ver Field (2009).

forma agregada, pois desta forma é possível analisar de forma comparativa os países da América Latina.

Gráfico 1 – Índice Agregado de Confiança nos Meios de comunicação por países da América Latina



Fonte: elaboração própria com base nos dados do latinobarômetro (2015), considerando o Índice elaborado para medir a Confiança nos meios de Comunicação.

A média no Índice de Confiança nos Meios de Comunicação considerando todos os países é de 0,46. O índice agregado apresentado no Gráfico 1 considera duas categorias, de Desconfiança nos meios de comunicação (entre 0 e 0,5) e de Confiança nos meios de comunicação (0,5 e 1). Optou-se por esta categorização pois é possível realizar uma análise comparativa do índice, a partir da Análise da Variação da Média Total.

Os países que se destacam nessa análise, são os que apresentaram um alto índice de Desconfiança nos Meios de Comunicação, El Salvador (71%), México

(69%), Venezuela e Honduras (61%) e Peru (60%). Destes, Venezuela e Honduras são países que na década de 2010 apresentaram crises políticas que colocaram em cheque o desempenho de suas democracias. De acordo com os critérios da Freedom House (2017), a Venezuela não é considerada um país livre, enquanto Honduras é considerada parcialmente livre. Com relação ao México, a instituição também o classifica como parcialmente livre, já o Peru, é considerado Livre. Os critérios de análise da Freedom House não foram suficientes para explicar o caso de El Salvador, pois este é considerado completamente Livre, enquanto que na análise aqui realizada este país apresenta os maiores índices de desconfiança na mídia da região.

Considerando que é preciso aprofundar tais resultados, propõe-se como segunda etapa a elaboração de um modelo, onde será verificada a influência das variáveis Confiança nos Partidos Políticos, no Estado, no Congresso Nacional, no Governo, na Instituição Eleitoral e no Poder Judiciário, para cada um dos países na região. Para isso verificou-se a correlação entre o Índice de Confiança nos Meios de Comunicação com a confiança dos cidadãos latino americanos em instituições democráticas, por meio da técnica de regressão Linear. A Fórmula utilizada foi:

$$Y_{icmc} = \alpha + X_{pp} + X_g + X_{cn} + X_e + X_{ie} + X_{pj} + e$$

Onde,

Y_{icmc} = Índice de Confiança nos Meios de Comunicação

α = Constante

X_{pp} = Confiança nos Partidos Políticos

X_g = Confiança no Governo

X_{cn} = Confiança no Congresso Nacional

X_e = Confiança no Estado

X_{ie} = Confiança nas Instituições eleitorais

X_{pj} = Confiança no Poder Judiciário

e = Erro

Com relação ao poder explicativo do modelo, o R Square (R²), o modelo tem capacidade explicativa de 23,4% sobre relação entre a confiança nos meios e comunicação e as variáveis selecionadas para medir as atitudes políticas de confiança das instituições democráticas. Nesse sentido, para calcular de forma preditiva a atitude política dos cidadãos em todos os países geral, a fórmula encontrada foi a seguinte:

$$Y_{icmc} = ,282 + X(,049) + X(,021) + X(,120) + X(,040) + X(,093) + X(,197) + e$$

Considerando, por fim a terceira etapa das análises, o índice de confiança nos meios de comunicação foi rodado para cada país:

Quadro 1: Análise da influência da confiança nos meios de comunicação sobre instituições democráticas por países

	R ²	α	Xpp	Xg	Xcn	Xe	Xie	Xpj	e
Argentina	,118	,357	,017	-,205	,267	-,053	,055	,194	,230
Bolívia	,236	,304	,015	,127	,112	,025	,055	,160	,194
Brasil	,262	,269	,005	,081	,119	,082	,152	,160	,205
Chile	,286	,299	-,104	,189	,160	,028	,154	,084	,188
Colômbia	,273	,265	,161	,048	,162	,026	,117	,104	,206
Costa Rica	,288	,276	,028	,101	,042	,004	,180	,138	,213
Republica Dominicana	,398	,201	-,012	,131	,142	,088	,136	,195	,241
Equador	,325	,256	,144	-,057	,062	,034	,038	,364	,213
El Salvador	,282	,204	,140	-,122	,189	,052	,068	,299	,231
Guatemala	,356	,264	,067	,004	,218	,062	,104	,170	,209
Honduras	,279	,252	,106	-,012	,128	,114	,139	,193	,246
México	,351	,169	,106	,050	,215	,032	,147	,127	,202
Nicarágua	,293	,294	,013	,042	,159	,122	,020	,167	,225
Panamá	,335	,243	,086	,105	,091	,086	,101	,166	,204
Paraguai	,175	,374	,009	,049	,093	,052	,073	,216	,227

Peru	,277	,239	,038	,049	,117	-,004	,167	,247	,195
Uruguai	,138	,294	-,033	-,084	,080	,095	,042	,246	,229
Venezuela	,109	,344	,111	-,129	,075	-,046	,015	,266	,237

Fonte: Elaboração própria.

As análises presentes no quadro acima destacam que o modelo é pouco explicativo na maioria dos países da América Latina. A República Dominicana, entretanto, constitui-se no único país que o modelo apresenta uma relação considerada robusta (R^2 acima de ,40). Destaca-se, portanto, que é preciso incorporar outras variáveis no modelo a fim de ampliar o seu poder explicativo.

Entretanto, ainda assim é possível destacar características importantes da correlação da confiança com os meios de comunicação e da confiança com as instituições democráticas. Uma vez que as atitudes políticas são formadas pelo mesmo processo de socialização política, no qual são formadas as percepções quanto aos meios de comunicação, é possível considerar correlações importantes. Isso porque a existência dessas correlações entre a confiança nos meios de comunicação e algumas outras instituições específicas para cada país, pode indicar os processos característicos desse país na qual foram constituídas tais atitudes. Inclusive que podem indicar por qual processo é possível realizar as mudanças institucionais necessárias nos governos da região.

Assim, percebe-se uma relação constante da confiança no poder judiciário no modelo explicativo para a confiança nos meios de comunicação. Principalmente pois a maioria dos países analisados (entre eles o Brasil) apresentaram como fator mais forte a confiança no poder judiciário, e em todos os casos uma correlação positiva.

Os países que fugiram deste padrão foram México, Guatemala, Colômbia e Argentina, estes apresentaram como fator mais forte a confiança no Congresso Nacional. Marcando uma correlação entre a confiança nos meios de comunicação com a transitoriedade dos congressistas. Já no Chile, a confiança nos meios de comunicação está atrelada a confiança no governo. O que é possível destacar a força de um passado ditatorial no desenvolvimento das atitudes de confiança democrática correlacionado a confiança nos meios de comunicação.

A Costa Rica, contudo, apresenta uma correlação surpreendente e muito significativa no modelo com relação a Instituição Eleitoral. Considerada por muitos pesquisadores a democracia mais antiga e a mais estável da região, Freedom House (2017) confirma que este é o país mais democrático da Região. Entretanto, Consuelo Cruz (2005) afirma que a democracia na Costa Rica está longe de ser a mais forte na região, principalmente por que sua legitimidade está ancorada em princípios substantivos, mas também da consolidação dos procedimentos eleitorais.

Portanto, a avaliação da formação das atitudes democráticas permite verificar a existência de correlação entre a formação de atitudes democráticas de confiança com relação a instituições, em conjunto com valores de confiança nos meios de comunicação.

5. Conclusões

Os resultados não são suficientes para apontar que a mídia influencia fortemente na confiança dos cidadãos sobre as instituições políticas democráticas. Contudo, algumas questões puderam ser levantadas a respeito das diferenças entre os países da região, principalmente por haver um atrelamento entre a confiança nas instituições consideradas mais fortes no modelo proposto e a confiança na mídia. Portanto, indica-se que os resultados sejam futuramente explorados em suas peculiaridades, avaliando cada país e identificando outros fatores que venham a contribuir para compreensão da estabilidade das democracias na região, considerando o aumento dos fatores sociais sobre o modelo.

Referências

- AMORIM, Maria Saete; DIAS, Rodrigo. (2012). Dimensões teóricas e práticas da qualidade da democracia. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 3, pp. 79–96.
- ÁVILA, Carlos Federico (2017). Los límites de la participación política en Brasil: la calidad de la democracia en perspectiva. IN: LUCCA, Juan Bautista *et all* (Org.). **Desafios democráticos latino-americanos en perspectiva comparada**. Rosário: Editora Universidad Nacional de Rosario.
- BARZOTTO, Valdir Heitor; GUILHARDI, Maria Inês; LAGE, Nilson (orgs.). **Nas telas da mídia**. Campinas: Alínea, 2002.
- BAQUERO, Marcelo. (2012). Avaliando o potencial de fatores culturais na construção da democracia na América Latina: uma comparação entre 2005 e 2010. *Revista Debates* (UFRGS), Vol. 6, pp. 9-34.
- CORRALES, Javier e HIDALGO, Manuel. *El régimen híbrido de Hugo Chávez en transición (2009-2013)*. Desafios, Bogotá (Colômbia), semestre I de 2013. Disponível no sitio www.scielo.org.co/scielo. Acesso em: 15.09.2015, p. 45-84.
- DAHL, Robert. ([1956] 1989). **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____, Robert. (1971). **Polyarchy: participation and opposition**. New Haven, Yale University Press.
- DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo (2004). Quality of democracy. An overview. *Journal of Democracy*, v. 15, n. 4, pp. 23-31.
- FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2009
- HUNTINGTON, Samuel. **A Terceira Onda: democratização no final do século XX**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.
- IAZZETTA, Osvaldo. (2013). Democracia, Calidad de la democracia y Democratización. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, pp. 139–150.
- LAUTH, Hans-Joachim (2013). Critérios básicos para a democracia: é a responsividade parte de seu círculo íntimo? *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, pp. 115–138.
- LIMA, Venício A de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- LIMA, Venício A de. **Política de comunicações: um balanço dos governos Lula [2003-2010]**. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.
- LIMA, Venício A de. **Regulação das comunicações: História, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011.
- LIMA, Venício A. de. **Mídia: Teoria e Política**. 2.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Construir a pluralidade**, in *Manual de mídia e direitos humanos*. São Paulo: Consórcio Universitário pelos Direitos Humanos e Fundação Friedrich Ebert, 2001.
- MOISÉS, José Álvaro e MENEGUELLO, Rachel. (2013). A Desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia. São Paulo: Editora Unesp.
- MOISÉS, José A. (org.) (2010) *Democracia e confiança*. São Paulo: Edusp.
- MORLINO, Leonardo. (2010). Legitimacy and the quality of democracy. *International Social Science Journal*, v. 60, n. 196, pp. 211-222.
- _____, Leonardo (2007). Explicar la calidad democrática: ¿Qué tan relevantes son las tradiciones autoritarias? *Revista de Ciencia Política*, v. 27, n. 2, pp. 03–22.
- _____, Leonardo (2003). What is a 'good' democracy? Theory and the case of Italy. *South European Society & Politics*, v. 8, n. 33, pp. 01-32.

O'DONNELL, Guillermo. (2013). Democracia, Desenvolvimento Humano e Direitos Humanos. Revista Debates, Porto Alegre, v. 7, n. 1, pp. 15–114.

SCHMITTER, Philippe. (2004). The Quality of Democracy: The Ambiguous Virtues of Accountability, Journal of Democracy, v. 15, n. 49, 47–60.

TILLY, Charles. (2007). Democracy. Cambridge: Cambridge University Press.

Anexos

Índice de Confiança nos Meios de comunicação:

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,484 ^a	,234	,234	,22452

a. Predictors: (Constant), poderjudicial, partidospoliticos, instituicionelectoral, elcongreso, elestado, elgobierno

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	274,802	6	45,800	908,556	,000 ^b
	Residual	898,458	17823	,050		
	Total	1173,260	17829			

a. Dependent Variable: Indicemia

b. Predictors: (Constant), poderjudicial, partidospoliticos, instituicionelectoral, elcongreso, elestado, elgobierno

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	,282	,003		88,733	,000
	elgobierno	,021	,008	,027	2,694	,007
	elcongreso	,120	,008	,140	14,857	,000

elestado	,040	,008	,047	5,271	,000
instituioelectoral	,093	,006	,117	14,460	,000
partidospoliticos	,049	,007	,053	6,721	,000
poderjudicial	,197	,008	,233	26,012	,000

a. Dependent Variable: Indicemidia